



**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0426/2025**

O Projeto de Lei nº 0426/2025 passa a tramitar acrescido de art. 1º com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 1º Fica acrescentado § 6º ao art. 48 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, com a seguinte redação:

‘Art. 48 .....

.....

§ 6º Fica permitido aos servidores da Secretaria de Estado da Educação, que, até 30 de junho de 2025, estejam exercendo suas atribuições nas Coordenadorias Regionais de Educação, optem pela lotação nesses setores, mediante requerimento formulado até 31 de agosto de 2025.’ (NR)”

Deputado Nilso Berlanda



## JUSTIFICAÇÃO

Apresento esta proposição acessória em razão da importância da lotação dos profissionais da educação que, atualmente, não se encontram formalmente alocados na Secretaria de Estado da Educação (SED) e nas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). A efetiva lotação desses profissionais é fundamental para o fortalecimento da educação em nosso Estado, sobretudo no que diz respeito à Qualidade do Ensino — aspecto reiteradamente enfatizado por Vossa Excelência como prioridade de gestão. A seguir, elencam-se alguns pontos relevantes que fundamentam esta solicitação:

1. Redução do quadro efetivo: A ocorrência de aposentadorias tem impactado significativamente o quadro de servidores na SED e nas CREs, o que abre oportunidades para a lotação de profissionais que já atuam nesses espaços e que conhecem a realidade das regionais e das escolas que as compõem;

2. Estruturação e fortalecimento institucional: A presença de profissionais experientes e comprometidos é essencial para assegurar que a SED e as CREs sigam promovendo o diálogo e o engajamento de todos os envolvidos com a educação catarinense, somando esforços aos já desempenhados pelos servidores efetivos;

3. Continuidade das políticas educacionais: A organização e lotação desses profissionais contribuem diretamente para a manutenção das políticas públicas de educação, especialmente em um momento de esforço concentrado para a elevação dos índices do IDEB.

Ressalte-se que esses profissionais, embora ainda não formalmente lotados, já atuam na SED e nas CREs com pleno conhecimento das demandas e desafios enfrentados pelas unidades escolares. Essa valorização dos profissionais com experiência direta nas escolas, integrando-os à gestão, foi uma iniciativa inovadora deste Governo. Cabe ainda destacar que a medida ora proposta não acarretará aumento de despesas para o Estado, uma vez que tais profissionais já atuam nos órgãos mencionados. Ademais, as vagas atualmente geradas para afastamentos destinados à SED e às CREs estão sendo ocupadas por servidores temporários. A formalização da



lotação permitirá que essas vagas sejam preenchidas por concursados, fortalecendo o regime próprio de previdência, onde as contribuições irão jorrar ao Instituto do Estado, gerando assim redução de despesas ao IPREV.

Diante do exposto, solicito a especial atenção de Vossa Excelência para que seja considerada, com a devida urgência, a lotação dos profissionais de educação atualmente não alocados na SED e nas CREs, em favor do fortalecimento e da continuidade do trabalho educacional em nosso Estado.